

XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

**Tema central:
Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes
colaborativas no contexto da pandemia**

22 a 24 de junho de 2021, online

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design– **FAAC**
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

GRUPOS DE TRABALHO TEMPLATE PARA O TEXTO COMPLETO

Comunicação Popular na construção do Boletim Digital “Redes Territórios do Petróleo” 1

Simone Rodrigues Barreto
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais da Universidade Estadual do
Norte Fluminense Darcy Ribeiro,
e-mail: sibarreto@gmail.com

Marcelo Carlos Gantos
Professor titular do Laboratório de Estudos
do Espaço Antropológico (LEEA) do Centro
de Ciências do Homem (CCH), da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,
e-mail: mcgantos@gmail.com

Resumo: Este artigo busca problematizar a contribuição da comunicação popular para o fortalecimento da cidadania, a partir da análise do boletim digital “Redes Territórios do Petróleo”, produzido no ano de 2019 pelos participantes do Projeto de Educação Popular denominado “Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã” (PEA-TP). Tal projeto é

¹ Trabalho apresentado no GT (1 MEIOS E PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA) da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação.

desenvolvido na Bacia de Campos (BC), interior fluminense, no contexto de implementação de medidas de mitigação de impactos ambientais no âmbito do licenciamento ambiental federal. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica quanto à abordagem, com recorte específico para análise de conteúdo. Os resultados indicaram que a comunicação popular proporcionou ferramentas e experiências que estimularam a participação popular nos sujeitos da ação educativa integrantes do PEA-TP.

Palavras-chave: Cidadania; Licenciamento Ambiental; Participação Comunitária.

Introdução:

Entende-se que a comunicação tradicional praticada pelas mídias hegemônicas e conglomerados midiáticos, financiados pela classe dominante, definem a pauta e a agenda midiática e, mesmo buscando dar um caráter social aos seus conteúdos em alguns momentos, nem sempre essas informações e notícias contemplam todos os cidadãos, principalmente quando a temática são *royalties* e todas as questões financeiras que envolvem esse recurso natural. Nesse contexto, a presente pesquisa busca saber qual a contribuição da comunicação popular para o fortalecimento da cidadania, a partir da análise do boletim digital “Redes Territórios do Petróleo”, produzido no ano de 2019 pelos participantes do Projeto de Educação Popular “Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã” (PEA-TP), delimitando ainda se a ferramenta comunicacional popular apresentada aos sujeitos da ação educativa orientaram e estimularam a participação comunitária nessa temática.

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA).

A metodologia utilizada é a qualitativa bibliográfica quanto à abordagem, partindo dos conceitos teóricos para as práticas de comunicação popular no Brasil, analisando conceitos da comunicação popular e de cidadania, voltando-se, em específico, ao recorte de análise de conteúdo, observando as publicações do Boletim Digital “Redes Territórios do Petróleo” de cinco municípios pra compreender como tais conteúdos proporcionaram participação popular e de controle social aos comunitários.

Este estudo justifica-se pelo caráter interdisciplinar dos campos da comunicação e educação popular, ligadas às políticas públicas de Meio Ambiente e Cidadania na sua dimensão social comunitária. Acredita-se que a experiência do processo formativo no PEA-

TP, tendo a educação popular como estratégia, dá possibilidades e protagonismo, mesmo que parcial, aos participantes da pesquisa a produzirem e disseminarem informação qualificada em seus grupos políticos a respeito dos recursos petrolíferos, caracterizando assim a utilização da comunicação popular pelos grupos.

O Projeto de Educação Ambiental: Royalties e Vigília Cidadã (PEA-TP):

O projeto denominado “Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã (PEA-TP)” situa desde 2014 seu acionar na geografia e no cenário de demandas informativas oriundas dos grupos sociais vulneráveis identificados durante o Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012), direcionadas a questão dos *royalties*. O projeto atua e intervém - diretamente e indiretamente – sobre um público diversificado pertencente a 10 municípios da BC (Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra)” (PETROBRAS, 2013, p. 1).

Nesse recorte para o Norte Fluminense e a Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, municípios, estes, confrontantes com a Bacia de Campos, produzem cerca de 69% do petróleo brasileiro (ANP, 2018), tendo impacto financeiro positivo nas receitas municipais.

Como compensação, as prefeituras desses municípios passaram a receber pagamento dos royalties do petróleo. Essas mudanças foram trazidas pela Lei 9.478/97 - Lei do Petróleo – que proporcionou um aumento significativo nas rendas dos municípios dessas regiões que, além de já serem beneficiadas pelo pagamento dos royalties a partir de critérios geográficos definidos pelas Leis 7.453/85 e 7.525/86, foram favorecidos com o incremento dessas receitas, conhecidas como Participações Especiais.

Nos últimos 10 anos o potencial de exploração de petróleo se ampliou devido a novas descobertas do pré-sal em todo o país, porém, acredita-se que as populações mais vulneráveis socialmente ficaram com o ônus do progresso tanto na região fluminense, como nas demais áreas do país.

No Norte Fluminense, sabe-se que a utilização dos recursos dos royalties e das participações especiais vem ocupando a atenção dos grupos sociais que desejam compreender sua origem e destinação em benefícios de todos e por essa razão, a comunicação popular, associada ao processo educomunicativo, tem sido uma das principais ferramentas de políticas

públicas de cunho social não sempre avaliada adequadamente em sua tríplice dimensão de eficiência, eficácia e efetividade.

Neste projeto de investigação, os atores sociais privilegiados são, os membros dos Núcleos de Vigilância Cidadã (NVC) do Projeto Territórios do Petróleo, denominados “sujeitos da ação educativa”, que foram identificados a partir das ações da fase I do projeto, em consonância com as diretrizes delineadas pelo Órgão Ambiental Federal (CGPEG/IBAMA) e baseado nos dados provenientes do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012), momento em que ocorreram as atividades itinerantes do PEA Territórios do Petróleo, município a município, debatendo publicamente com os sujeitos da ação educativa as questões dos royalties e os impactos da indústria do petróleo no processo de Licenciamento Ambiental da Bacia de Campos (BC).

Nesse percurso, mais de 10 mil pessoas foram mobilizadas e, a partir dessa interação, foram identificados e selecionados cerca de 300 potenciais sujeitos da ação educativa para integrarem a II fase de Formação dos 10 Núcleos de Vigilância Cidadã. Muitos deles são representantes de agentes comunitários, lideranças comunitárias, membros de associações de moradores, quilombolas, trabalhadores rurais e assentados; membros de associações e colônias de pescadores; alguns dos quais também são participantes de outros PEAs da Bacia de Campos (BC).

Estabelecidos os sujeitos da ação de cada NVC, foi dado o pontapé do primeiro produto comunicacional da VC: o Boletim Digital “Redes Territórios do Petróleo”, que passou a ser construído em cada NVC, com mediação da equipe técnica local. O objetivo principal dessa atividade contínua era estimular a participação e o protagonismo dos participantes do Projeto de forma continuada, sendo expostos mensalmente num exercício comunicacional. Sabe-se que o termo participação dentro do contexto social brasileiro tem a ver com tomar parte ativamente. Isso é o que aponta Cicília Peruzzo (1998, p. 73), levando em consideração a experiência histórica do povo brasileiro. De acordo com a autora, nas condições do Brasil e de outros países latino-americanos esses povos não têm tradição de participação ou conscientização política. Nos municípios da Bacia de Campos, região compensada financeiramente pela extração de petróleo, essa participação é vista como inexpressiva, haja vista que boa parte das prefeituras dessa região recebem recursos financeiros importante provenientes das participações governamentais (royalties e participações especiais), uma compensação financeira paga pela extração do recurso natural e

finito, mas nem sempre o cidadão tem conhecimento de quanto é gasto dessas receitas nos serviços públicos e nem mesmo sabe como exercer controle social dessas receitas.

Por todo esse histórico, há cerca de uma década que Meio Ambiente, Educação e Comunicação caminham juntas. A Lei Federal 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Quatro anos depois, o Ministério do Meio Ambiente recria, em 2003, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O ProNEA adota, então, como uma de suas linhas de ação, a “Comunicação para a Educação Ambiental” e a descreve como: “produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à Educação Ambiental”. (BRASIL, 2008).

Em 2004, o Departamento de Educação Ambiental realiza a I Oficina Nacional de Comunicação e Educação Ambiental, de onde saem discussões que apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação socioambiental na perspectiva da educomunicação.

Os princípios, objetivos e ações da proposta criada em 2005 foram associados ao Programa Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de orientar práticas de comunicação no campo da Educação Ambiental, tendo como foco princípios de dialogismo e participação em toda ação comunicativa irradiada.

Esse conceito é aplicado, através da educação popular, nos NVC do PEA-TP, tendo como premissa a leitura mais crítica dos meios de comunicação, apropriação do conhecimento legal da aplicação dos royalties do petróleo e dos instrumentos de controle social, conforme define a linha de ação B – Controle Social da aplicação dos royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás. (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10).

Tal linha de ação propõe desenvolver, com um público diversificado, o acompanhamento, a divulgação e a discussão pública em torno do recebimento e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (royalties e de participações especiais) pelo poder público municipal.

Para o Ibama, esta linha de ação justifica-se pela necessidade de mitigação dos impactos produzidos pela atividade licenciada sobre a organização político-econômica dos municípios da região.

Cicilia Peruzzo (2006) registra que a comunicação popular representa uma forma alternativa de comunicação e tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e

1980, no Brasil e na América Latina como um todo. Fora do Brasil, um dos principais estudiosos de comunicação popular está Mário Kaplún, que, citado por Peruzzo, a respeito do fenômeno da comunicação popular, afirma trata-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista” (KAPLÚN, 1998, p. 17). Kaplún enfatiza os aspectos educativos desse processo de comunicação afirmando que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”. Nesse caso, tanto Kaplún quanto Peruzzo creem que os meios de comunicação são concebidos como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”. (PERUZZO, apud Kaplun, 2009, p. 49)

No Brasil, a literatura do campo comunicacional considera, a partir dos estudos de Luiz Beltrão, na década de 1960, os processos de comunicação popular e alternativa, nascendo na Folkcomunicação, mais conhecida como a “comunicação dos marginalizados”, até chegar às mídias ditas populares, alternativas ou comunitárias. Luiz Beltrão considerava que a Folkcomunicação é um processo de troca de informação e manifestação de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore (BELTRÃO, 2001, p. 79). Os estudos iniciais sobre Folkcomunicação acompanham muitas manifestações dos homens do campo, mais precisamente dos “homens do campo que estão à margem dos centros de poder e decisão”.

Em 1963, Beltrão fundou o Instituto de Ciências da Informação de Pernambuco (Lcinform), cujo caráter nacional o evidenciou como principal centro de estudos midiáticos do país. O autor foi o pioneiro nessa área e se debruçou por décadas nos estudos populares, sendo inclusive, criador e editor da primeira revista acadêmica de comunicação editada no Brasil, a “Comunicações & Problemas”, que era inteiramente dedicada ao estudo objetivo das ciências da informação pública”. (Comunicação & Problemas, 1966). A revista, nos seus quatro anos de circulação, discutiu uma série de questões no âmbito da comunicação, passando do enfoque das questões regionais do Nordeste, discutidas em sua primeira fase, aos problemas latino-americanos da comunicação em geral, bem como da comunicação popular (Nava, 2000, p. 187).

No início de 1980, Beltrão buscava identificar na cultura popular um sistema pelo qual milhões de brasileiros que estavam fora da cultura erudita intercambiariam mensagens, informações e educação dentro de suas condições socioeconômicas, estabelecendo assim um

processo informacional fora dos padrões convencionais midiáticos, onde na época, havia um emissor para múltiplos receptores, sem a interferência de quem recebe a mensagem. No sistema da Folkcomunicação, a comunicação é estruturada como um processo horizontal, ou seja, semelhante à comunicação interpessoal, pois suas mensagens são elaboradas por um comunicador, líder de opinião, que conhece e vive a realidade da audiência, ainda que dispersa. A Folkcomunicação é assim, o processo de troca de informações e manifestações de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore. (BELTRÃO, 2001, p. 79)

Para o autor da Folkcomunicação, um dos fatores que não permitia a comunicação e a comunhão entre governo e povo, elite e massa, residia no não reconhecimento dos primeiros em relação aos segundos. “A literatura, a arte, as crenças, os ritos, a medicina, os costumes dessas camadas sociais – e seus meios de informação e de expressão – continuam ignorados em toda a sua força e verdade”. (BELTRÃO, 1980, p. 18). Nesse caso, percebeu-se que as classes populares criavam e usavam, então, meios de comunicação, tais como folhetos, volantes, atos de presença, grafitos e cordéis para se comunicar e expressar suas percepções sociais. Esses grupos marginalizados se utilizam de um outro complexo de procedimentos, modalidades, meios e agentes elaboradores e emissores de mensagens, ao nível de sua vivência, experiência e necessidades, e expressivas de sua ideologia, aspirações e opiniões (BELTRÃO, 1980, p. 23).

É importante pontuar que, sendo Luiz Beltrão, e depois o seu sucessor, José Marques de Melo os primeiros pesquisadores do campo da comunicação popular, os dois autores foram influenciados diretamente pelas ideias do educador Paulo Freire, impactando assim suas teorias da comunicação. Marques de Melo (1980, p. 11) contextualiza que a partir do final da década de 1980 as pesquisas sobre comunicação popular surgem com mais vigor, ampliando o olhar dos meios de comunicação de massa e da perspectiva de denúncia e crítica a estes para as investigações que procuram compreender o caráter educativo e transformador das práticas de comunicação popular.

Os pensamentos freireanos inspiraram os movimentos de comunicação dialógica e participativa e de leitura crítica na década de 70, quebrando a lógica “emissor que fala e receptor que recebe passivamente”. Nesse caso, houve um estímulo aos estudos por meio da comunicação popular, com o conceito de que se transforma homens em sujeitos, dando uma dimensão política à comunicação e aos excluídos com uma visão do direito à voz, sendo essa

libertadora, participativa, horizontal e dialógica. Para Freire, a comunicação midiática é antidialógica e incompatível com o termo comunicação propriamente dita. Os meios de comunicação de massa, na verdade, são meios de “comunicados”, tornando o espectador é objeto passivo. “Na verdade, o que se está fazendo, em grande parte, com os meios de comunicação, é comunicado! Em lugar de haver comunicação real, o que está havendo é transferência de dados, que são ideológicos e que partem muito bem vestidos” (FREIRE, 2003, p.26). O autor ainda acrescenta que “os veículos são os meios de comunicação de massas – onde não há comunicação, e, sim, depósito de comunicados (FREIRE, 2006, p.160). Ainda em Freire, o diálogo é o caminho pelo qual os homens ganham significação. Em lugar de comunicar-se, o comunicador faz “comunicados”, e essa visão “bancária” da comunicação, como depósito e transferência de informação, estimula a ingenuidade, e não a criticidade (FREIRE, 2006^a, p.66). O autor coloca que se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significante mediador dos sujeitos.

Saindo das décadas de 1970 e 1980, mais de 40 anos se passaram e a situação midiática não mudou muito no Brasil, tal fato se confirma a partir dos estudos de outros pesquisadores, tais como Cicília Peruzzo (1998, 2002 e 2008) e Raquel Paiva (2003, 2006 e 2008) seguiram seus estudos nesse campo, chegando aos conceitos de comunicação alternativa, popular, comunitária e participativa, muito utilizados nestes tempos.

Além dessas duas autoras, no Brasil, ainda destacam-se como estudiosos do tema, Regina Festa, Gilberto Gimenez, Juan Diaz Bordenave, Luis Ramiro Beltrán, entre outros, que trouxeram importantes contribuições para o desencadeamento de estudos sobre comunicação popular, podendo encontrar ao menos 20 diferentes definições para Comunicação popular e/ou alternativa.

Para Festa (1986, p.25; 1984, p.169-170), “a comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo”, e se refere “ao modo de expressão das classes populares”.

Outro conceito que circulou logo no início da práxis comunicativa popular e, portanto, marcou práticas e concepções teóricas, é o de Gilberto Gimenez. Ele (1979, p.60) entende que a comunicação popular “implica a quebra da lógica da dominação e se dá não a partir de cima, mas a partir do povo, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos”.

É importante explicitar que na literatura acadêmica, sobremaneira no campo da comunicação, são encontrados vários termos ligados à comunicação popular. Ao longo de décadas, tal conceito passou a receber outras denominações: alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica, entre outros termos. No senso comum, pode até ser considerado como sinônimos de comunicação popular, porém Cicilia Peruzzo (2006) determina essa variação:

dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social. (PERUZZO, 2006, p. 47)

Além do processo de mobilização, essa linha de comunicação (na pesquisa e na prática) se inspirava em de Paulo Freire sobre a dialogicidade na educação e a defesa da posição transformadora do ser humano no mundo. Peruzzo (2008), afirma, em síntese, que a comunicação popular, alternativa e comunitária é expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares, e representam um espaço para participação democrática do “povo”.

Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. Estes são conceitos da comunicação popular e alternativa das últimas décadas do século XX, assim como do início do século XXI. (PERUZZO, 2008, p.370)

Tal poder é exercido de maneira formal (em conselhos de políticas, por exemplo) ou informal (em relações diretas, por diferentes canais de contato, entre grupos de interesse e representantes do poder executivo). Sabe-se que quanto mais informal for o controle social, maior tende a ser a intransparência do poder exercido, pois fica mais difícil associar as decisões tomadas pelos governantes com os interesses e os grupos que essa decisão atendeu, e mais elevada a chance deste controle social produzir ou aprofundar desigualdades políticas.

Essas modalidades de comunicação normalmente partem da iniciativa de um grupo socialmente desfavorecido que busca seu fortalecimento enquanto corpo coletivo e vê na comunicação uma poderosa ferramenta de articulação e mobilização social. Esse meio de

comunicação contra-hegemônico passa a ser então um novo local de poder que, além de não estar imune aos inevitáveis conflitos internos, passa a disputar com outras instâncias de poder, procurando agenciar suas próprias demandas e forçar um novo consenso, mais favorável ao corpo coletivo do qual faz parte. É importante salientar que a comunicação popular pode ser entendida como algo mais amplo que uma contraposição à comunicação hegemônica, de massa e elitista. Ela insere-se profundamente na vida das classes populares, assumindo suas lutas e seus projetos. Ela nunca é contra, mas sempre a favor, por isso, é sua característica não haver dicotomia entre “sujeito/emissor” e “objeto/receptor”; há, sim, sujeitos que se intercomunicam. Muito embora haja um grupo que opere o meio de comunicação, existe um grupo, formado por emissores e receptores, possuidor de um mesmo projeto que deve ser realizado. Todo o grupo é chamado a elaborar a mensagem (GOMES, 1990, p. 242).

Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender tanto comunicação quanto educação como um processo social, havendo, nesse sentido, clara aproximação dos seus campos teóricos, caracterizando-se como áreas interdisciplinares, tendo como questão fundamental o popular personificado no sujeito marginalizado ou excluído dos aspectos formais e hegemônicos da sociedade.

As ações do PEA-TP acontecem desde 2014 e visam auxiliar os participantes a avançar na ampliação do conhecimento sobre a renda petrolífera, assim como compreender sua realidade, promovendo assim articulações sociais em diversas escalas que facilitem e ampliem o acesso dos municípios aos dispositivos democráticos de controle social. (PEA-BC, 2016, p. 2)

O projeto está em sua terceira fase (2019-2022) e, além das atividades educativas, que ocorrem, em sua maioria, quinzenalmente, por meio de reuniões e oficinas, aplicadas pro educadores populares e pesquisadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense, os participantes do 10 Núcleos de Vigília Cidadã, também participam de ações de comunicação popular, utilizando várias ferramentas: Teatro, reuniões comunitárias, boletim digital e oficinas de produção de conteúdo para redes sociais.

Acredita-se que refletir no potencial que a educação e a comunicação popular têm como promotor de cidadania e de controle social são importantes para compreender as práticas comunicacionais aplicadas no Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã, cujo objetivo é empoderar os sujeitos da ação educativa

em um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo do controle social dos royalties do petróleo.

Assim como na educação, o objetivo da comunicação popular se cumpre de forma efetiva no PEA-TP, pois as atividades educativas tem o objetivo principal de dar protagonismo ao povo e nesse sentido, tal expressão é uma das melhores e mais imediatas manifestações para definir o conceito de comunicação popular.

O estímulo à cidadania no Boletim Digital “Rede Territórios do Petróleo:

Antes de começar a discorrer sobre a experiência do Boletim Digital “Rede Territórios do Petróleo, é preciso abordar sobre alguns conceitos de cidadania e como esses se aproximam do utilizado no PEA-TP. Geaquinto (2002) define a cidadania como uma via de mão dupla, que traz consigo o querer, o desejo, a reivindicação da concretização de um direito e, por outro lado, enseja uma contrapartida, uma responsabilidade:

A comunidade de um bairro, por exemplo, ao reivindicar o atendimento do seu direito ao lazer, solicitando à Prefeitura a construção de uma quadra de esportes, ao ser atendida, assume a responsabilidade pelos cuidados do bem em questão. Concretamente, isso significa que a cada “gozo de direito” corresponde uma nova ação do sujeito da cidadania, aquela que preserva o direito. Sendo assim, a ação de cidadania “não se aliena e nem se submete”, pelo contrário, a dinâmica do seu exercício é que dá o tom da emancipação do cidadão. (GEAQUINTO, 2002, p. 17)

No campo da comunicação, Cicilia Peruzzo (2007, p. 54) aponta que “aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos meios de comunicação popular, como um direito de cidadania” e o crescimento em favor do direito à comunicação. Dessa forma, a cidadania passa a ser um conceito que varia no tempo-espaço, conforme o contexto em que é vivida, podendo ganhar diferentes significados a partir da subjetividade de quem a exerce, obtendo seus direitos de cidadão, sejam eles civis, políticos e sociais.

Peruzzo (2002, p. 209) afirma que “o status de cidadão é uma construção social que vem se modificando ao longo da história, numa extensão que varia conforme os países”. Para a autora (2002, p. 207), “a cidadania foi fundada em concepções de sociedade, e como tal, são essas concepções que orientam a cidadania”, ao direito de ser pertencente a uma nação, o direito de ir e vir livremente, a participação política (votar e ser votado), o direito da liberdade de expressão, direito de ter documentação como identidade, entre outros aspectos.

Porém, quando se trata de “cidadania comunicativa”, o campo da Comunicação, na América Latina, a partir de Paulo Freire e da sua proposta mais conhecida como a educação popular, visualiza a possibilidade de trabalhar com a comunicação popular, como um processo para leitura crítica dos meios e do mundo sobre a construção de espaços, onde o diálogo seja exercido.

Cicília Peruzzo afirma que a comunicação não é apenas um canal de mensagens:

[...] Ela se realiza como parte de uma dinâmica de organização social; está imbuindo de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo (PERUZZO, 2007, p.02)

Em síntese, acredita-se que refletir no potencial que a educação e a comunicação popular têm como promotor de cidadania são importantes para compreender as práticas comunicacionais aplicadas no Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã, cujo objetivo é empoderar os sujeitos da ação educativa em um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo do controle social dos *royalties* do petróleo.

Fruto da Vigília Cidadã, o “Boletim Digital Rede Territórios do Petróleo” foi gestado em experimentos de “ecossistema comunicativo” (MARTÍN-BARBERO, 1998 e 2002), (SOARES, 2002, 2009) e foi implantado como um dos produtos de comunicação do projeto, sendo um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo dos SAE, com constante moderação, estando inserido no campo de análise da mobilização.

O formato dos boletins foi o PDF, com templates definidos com a identidade visual de cada NVC, foi prevista a expansão dos boletins digitais para outras plataformas, tais como Podcast's, animações para TV's, distribuição por mala-direta e redes sociais. Como periodicidade estabelecida, cada NVC produziu pelo menos um boletim bimestralmente.

Segundo Cicília Peruzzo (2003), na relação entre comunidade, comunicação e cidadania, o indivíduo que se encontra presente neste contexto passa a se posicionar como agente ativo em seu papel de cidadão. A autora acredita que a comunicação produzida pela comunidade não tem apenas um caráter reivindicatório, mas educativo, não só por fazerem parte de um processo de organização na comunidade, mas através de seu canal de comunicação com suas práticas e conteúdos carregados de informações culturais.

A dinâmica inserida, neste contexto, facilita a compreensão não só do fazer comunicacional, como dos mecanismos da estrutura do poder: a) esclarece seus direitos, b)

discute os problemas locais a fim de cobrar do poder público soluções. Desse modo, a autora sugere que o caráter educativo da comunicação é ressaltado como:

a participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa tornar-se sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem estar em bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura. (PERUZZO, 2003, p.10)

O ponto de partida desta produção foi o ciclo de oficinas de educomunicação, realizado em novembro e dezembro de 2017, quando pesquisadores e técnicos travaram contato com os NVC dos dez municípios para dialogar com os participantes do projeto sobre as técnicas informacionais que poderiam ser utilizadas para compor os produtos comunicacionais de cada NVC.

Como principal metodologia, os NVC desenvolvem várias atividades para estimular a VC, tendo como foco o olhar voltado aos recursos das receitas petrolíferas. A Vigília Cidadã compreende basicamente três tipos de atividades que serão foco das ações educativas:

- a) Reunir, caracterizar, analisar e mapear informação a respeito da natureza sistêmica dos impactos da indústria do petróleo, os conflitos em torno deles e suas diversas percepções e apropriações; o contexto da economia política dos recursos naturais no extrativismo; as discussões políticas da partilha e a contabilidade pública dos royalties nos municípios da BC (arrecadação, composição orçamentária e destinos da utilização dos recursos);
- b) Pesquisar, ler, discutir e sintetizar a informação sobre os municípios da área de abrangência do PEA Territórios do Petróleo: interpretar e elaborar notícias e informes; formar uma visão crítica sobre questões como recursos naturais, impactos sociais, *royalties*, controle social, desenvolvimento, crise ambiental; e propor visões prospectivas baseadas em cenários econômicos e socioculturais futuros dos municípios da BC;
- c) Difundir, comunicar, interpretar e partilhar a informação em rede: oferecer qualificação em linguagens e formatos comunicacionais disponibilizando acesso aos SAE em suportes diferenciados.

As pautas produzidas pelos NVC são livres, seguindo apenas a exigência de correlacionar o assunto escolhido à temática *royalties* do petróleo. Partindo dessa temática, é impossível não voltar o olhar para a influência que os *royalties* do petróleo exercem no Estado do Rio de Janeiro, sobremaneira na Bacia de Campos, área em que a Universidade Estadual do Norte

Fluminense Darcy Ribeiro está inserida há 20 anos. Ao observar todo esse cenário, pode-se afirmar que a distribuição das receitas oriundas da exploração do petróleo (*royalties* + participações especiais) na Bacia de Campos, no Norte Fluminense, sempre mobilizou a agenda midiática, desde a década de 1980, motivando discussões acaloradas no cenário político.

No boletim digital, são seguidas diretrizes de ação que refletem a institucionalidade que ampara o projeto, apoiada em quatro atores: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão ambiental responsável pelas diretrizes gerais e fiscalização dos trabalhos; Petrobras, financiadora do projeto a partir de uma exigência do licenciamento ambiental de empreendimentos de petróleo e gás; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), instituição executora e responsável técnica pelo projeto; e FIA (Fundação Instituto de Administração), incumbida da gestão financeira.

No processo produtivo das notícias, os técnicos do projeto atuantes em cada NVC se fazem presentes como mediadores, norteando a produção de conteúdo para que os eixos principais do projeto Territórios do Petróleo sejam lembrados e contemplados pela produção informacional de cada NVC.

Metodologia e Análise do Corpus:

A metodologia qualitativa foi escolhida para esse estudo, pois levou-se em consideração o contexto de produção do objeto, seus elementos textuais e os motivos de sua existência. Dentre as muitas abordagens da pesquisa qualitativa, a opção foi pelo método da análise de conteúdo, a partir de problematizações do contexto onde o objeto é produzido. A proposta é articular os conteúdos do texto com elementos do contexto, levando em consideração o contexto social, político, econômico e cultural.

Como procedimento metodológico de acesso ao conteúdo de uma dada comunicação, Bardin menciona o recurso à análise categorial: delimitação de unidade de codificação, assumida pelo analista que, a partir da totalidade de um texto e em nome de um ideal de objetividade e racionalidade. A partir da análise, buscou-se identificar: Quais são os temas mais escolhidos como notícia? A proposta é, como afirma Bardin (1995), aproveitar [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permi-

tam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1995, 42)

Para selecionar o *corpus* desta pesquisa, foi feito um levantamento das edições produzidas e publicadas do Boletim Digital “Redes Territórios do Petróleo”, no ano de 2019. É importante ressaltar que o boletim começou a ser produzido pelos NVC em fevereiro de 2018, tendo frequência de publicação bimestral.

A última edição, por NVC foi publicado em dezembro de 2019, totalizando 8 boletins para cada município.

O material escolhido neste estudo como ponto de referência foram 04 edições publicadas em 2019, contemplando um município por edição. Os boletins eram produzidos de forma virtual, publicados em formato PDF no site do projeto (www.territoriosdopetroleo.eco.br) e compartilhado também pelas redes sociais dos técnicos e comunitários do PEA-TP.

A elaboração do material contava com decisão coletiva das pautas, produção do texto e fotos pelos comunitários, com apoio dos sócio-educadores do projeto. O material passava por um tratamento técnico de uma equipe de comunicadores, pesquisadores do PEA, além de passar por uma equipe da Petrobras para verificar se as pautas não feriam a política de comunicação da empresa e do PEA.

Figura 01: 8ª edição do Boletim Rede Territórios do Petróleo – Búzios, publicado em abril de 2019



Fonte: PEA-TP (www.territoriosdopetroleo.eco.br)

Nessa edição do boletim de Búzios, os sujeitos da ação educativa do PEA escolheram como pauta e foram a Campo realizar o inventário participativo. O tema foi trabalhado por pesquisadores da UENF em uma oficina, levantando a discussão da preservação do patrimônio cultural. Além de fazerem o inventário, os participantes ainda transformaram a experiência em conteúdo noticioso, levando às suas comunidades locais uma explicação mais prática sobre a importância da preservação patrimonial e cultural do município.

É importante ressaltar que o boletim não possui um texto jornalístico. Os comunitários, ao longo das escolhas de pautas, optavam em transformar em texto explicativo os conhecimentos da legislação adquiridos por eles em oficinas nas atividades educativas, ou ainda algumas demandas de serviços públicos ausentes no município, qualificando o conhecimento adquirido para repassar para suas comunidades.

Figura 02: 7ª edição do Boletim Rede Territórios do Petróleo – Arraial do Cabo, publicado em fevereiro de 2019



Fonte: PEA-TP (www.territoriosdopetroleo.eco.br)

O município de Arraial do Cabo escolheu como temática para sua 7ª edição do boletim a temática ambiental, levando em conta a ocupação irregular do território da restinga de Massambaba. Observe o trecho abaixo:

“A inclusão de Arraial na zona de produção principal do estado do Rio de Janeiro, em 2011, possibilitou o aumento das receitas municipais graças ao crescimento nos repasses de royalties. Mas este recurso extra, frequentemente aplicado em infraestrutura urbana, não tem sido suficiente para o município impedir a continuidade do problema”.

É possível observar que os participantes do PEA-TP em Arraial compreendem bem seu papel cidadão e, exercem protagonismo ao produzir conteúdo informacional que tenha intrínseca relação com suas comunidades locais, proporcionando assim o fortalecimento da cidadania local.

Figura 03: 8ª edição do Boletim Rede Territórios do Petróleo – Campos dos Goytacazes, publicado em abril de 2019:

REDE TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO
Campos dos Goytacazes

08
2019
ABRIL

Mecanismos e formas de controle e participação social

Como vimos na sexta edição do boletim Rede Territórios do Petróleo – Campos dos Goytacazes, poder-se dizer que o orçamento público é uma previsão do dinheiro que as administrações do município, estado ou da União arrecadaram no ano e dos gastos que elas terão. Com isso, vale pensarmos no nosso papel enquanto cidadãos para acompanhar e controlar as ações do poder público referentes aos recursos que entram no nosso município.

O direito ao acesso às informações do poder público é um princípio básico e muito importante para que seja possível exercer nossa cidadania através do acompanhamento e do controle das ações. Exemplo disso é a fiscalização de políticas públicas: se o plano ou não serão realizados, quais ações estão sendo priorizadas e como estão sendo executadas pela administração pública. Bem informado, o cidadão ou a cidadã pode intervir, dar opiniões, apresentar sugestões e ainda contribuir na eliminação de práticas abusivas e criminosas. Então, a partir disso, é importante conhecer um pouco sobre orçamento público. Existe um conjunto de leis que visam tornar o controle social mais efetivo, e uma delas é a Lei 12.527/2011 (conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI). Segundo esta lei, qualquer cidadão pode solicitar o acesso às informações públicas, e a administração pública deve facilitar o acesso promovendo a publicidade e divulgação dessas, inclusive pela internet.

O exercício da cidadania é referente às possibilidades e oportunidades que temos de acompanhar e controlar ações do poder público. Mas como exercer a vigilância cidadã sobre os recursos do meu município? Atualmente o controle social e da participação social, o controle social pode ser definido de maneira sucinta como o controle que é exercido pela sociedade civil sobre o governo. Ou seja, de forma mais detalhada, o controle social corresponde à participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações planejadas e realizadas pela gestão pública, bem como na priorização e execução das políticas e programas. A participação social significa a participação ampla dos cidadãos nos processos decisórios da sociedade, mesmo que informalmente, ou seja, envolve a atuação em espaços de decisão pública que podemos frequentar e onde é possível acompanhar as discussões. Entre esses espaços podemos citar: conselhos de políticas públicas, associação de moradores, audiências públicas, conferências, fóruns, ouvidorias e sessões da Câmara de Vereadores. Também se pode utilizar desses lugares para elaborar propostas ou críticas e enviá-las diretamente aos representantes do poder público.

Como temos recomendado, fique de olho no site da prefeitura e no da Câmara de Vereadores, porque lá estão disponíveis informações importantes para sabermos como o poder público está direcionando os gastos dos impostos que pagamos, bem como dos royalties e participações especiais recebidos pelo município. Além de acompanhar pelos conselhos municipais, você pode acompanhar, pelo Diário Oficial municipal, as divulgações das audiências públicas que acontecem regularmente na Câmara Municipal. Mantenha-se informado e participe desses espaços, pois é direito e dever de todo cidadão estar atento às discussões referentes às prioridades de seu município.

O boletim Rede Territórios do Petróleo – Campos dos Goytacazes é uma produção coletiva do Núcleo de Vigilância Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras. Endereço: Rua Marechal Deodoro, 55 - Centro - Campos dos Goytacazes/RJ - (22) 3026-0412
<http://territoriosdopetroleo.eco.br/>

Fonte: PEA-TP (www.territoriosdopetroleo.eco.br)

O município de Campos dos Goytacazes, maior município do interior fluminense e que mais recebe recursos oriundos dos *royalties* do petróleo aposta em seu 8º periódico em temas que reforçam a necessidade do controle das contas públicas e de controle social, mostrando à comunidade a importância do direito ao acesso às informações e como devem ficar de olho nos portais da transparência e outros portais que publicam dados e finanças públicas.

Figura 04: 8ª edição do Boletim Rede Territórios do Petróleo – São João da Barra, publicado em abril de 2019:



Fonte: PEA-TP (www.territoriosdopetroleo.eco.br)

Os participantes do NVC de São João da Barra produziram em seu último boletim digital um produto de comunicação popular que estimulasse a população local ocupar os espaços políticos para buscarem o exercício do controle social. No texto, há indicativos sobre como e a importância em acompanhar fóruns, sessões plenárias, audiências públicas, entre outras.

Considerações finais:

Acredita-se que as práticas comunicacionais, amparadas pela comunicação popular, como metodologias pedagógicas do PEA-TP, associada à educação popular proporciona emancipação política nos indivíduos, pois podem promover reflexão crítica, conscientizando-os da necessidade do controle social e participação democrática por parte das comunidades afetadas diretamente pelos impactos ambientais da extração do petróleo.

No PEA-TP, pode-se observar que, após a construção do Boletim Digital, muitos participantes já levaram para suas comunidades ou instituições que atuam tal experiência, buscando implementar a forma comunicativa para se relacionar e construir conhecimento de suas comunidades.

Referências bibliográficas:

BARDIN, Laurence. 1995. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70

BRASIL. **Lei 6938/1981. Política Nacional de Meio Ambiente Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)**.

_____. **Lei nº 9795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de educação ambiental e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília.

FESTA, Regina. Comunicação popular e alternativa - a realidade e as utopias. Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo, 1986.

CGPEG/DILIC/IBAMA. Relatório sobre os projetos de Educação Ambiental da Bacia de Campos e diagnóstico participativo do PEA-BC. Rio de Janeiro: CGPEG, 2012

CGPEG/DILIC/IBAMA. Nota Técnica No 001/10. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Rio de Janeiro: CGPEG, 2010

CGPEG/DILIC/IBAMA. Nota Técnica No 010/12. Identificação e avaliações de impactos ambientais: orientações metodológicas no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Rio de Janeiro: CGPEG, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2003.

_____. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2006.

GANTOS, Marcelo Carlos. Territórios do Petróleo: uma experiência de educação ambiental no âmbito do Licenciamento Ambiental de Gás e Petróleo no Brasil. **Ambientalmente sustentável**, Espanha, 1 dez. 2015.

GEAQUINTO, Willes. S. **Cidadania O direito de ser feliz Iguais e desiguais, até quando?** 2 ed. São Paulo: Scortecci: 2002.

KAPLÚN, Mário. **Una Pedagogia de la Comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ, Editora UFRJ, 2006.

MARQUES DE MELO, José. De Volta ao Futuro: da folkcomunicação à folkmídia. IN SCHIMIDT, Cristina. **Folkcomunicação na arena global: avanços teóricos e metodológicos**. São Paulo, editora Ductor, 2006.

NAVA, Rosa Maria Ferreira Dales. Comunicação & Problemas. Primeiro periódico de estudos e pesquisa da comunicação do Brasil. IN: Gênese do pensamento comunicacional Latino-Americano. O protagonismo das instituições pioneira: Ciespal, Icinform, Ininco. São Bernardo do Campo: Umesp, 2000

PETROBRAS. **PLANO DE TRABALHO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EA. Projeto Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos.** 2013.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____, Cicilia M. Krohling. **Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento.** In: PERUZZO, Cicilia M.K.; Almeida, Fernando F. (Orgs). Comunicação para a Cidadania. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003. P. 245-264.

_____, Cicilia M. Krohling. Da comunicação popular à imprensa alternativa no Brasil. **Revista Humanidades.** V. 55. P.100-108, agosto de 2008b.

SOARES, Ismar Oliveira. **Educommunication.** São Paulo: NCE–ECA/USP. 2009.

_____. **Gestão comunicativa e educação – caminhos das Educomunicação.** In: Revista Comunicação & Educação, SP, (23): 16 a 25, jan./abr. 2002.

TERRITÓRIOS do Petróleo: Cartilha Cidadãos em Ação. Campos dos Goytacazes: ADU-ENF, 2014.

VIZER, Eduardo Andrés. **Un modelo tridimensional de la comunicación. Mediatización y la doble faz de la(s) realidad(es) social(es).** Mediaciones Sociales, N.º 5, II semestre 2009, pp. 3-22.